

UNIVERSIDADE SÃO JUDAS

MIKAELLY SILVA COSTA
PEDRO HENRIQUE ZOCOLER GONÇALVES
RODRIGO MACEDO GERALDES
THIAGO OLIVEIRA ALVES
WANDERSON GOMES DOS SANTOS

IMPACTOS SOCIOECÔMICOS PÓS-PLANO REAL, ENTRE 1994 A 1998

SÃO PAULO
2022

MIKAELLY SILVA COSTA
PEDRO HENRIQUE ZOCOLER GONÇALVES
RODRIGO MACEDO GERALDES
THIAGO OLIVEIRA ALVES
WANDERSON GOMES DOS SANTOS

IMPACTOS SOCIOECÔMICOS PÓS-PLANO REAL, ENTRE 1994 A 1998

Trabalho apresentado como requisito parcial
para a conclusão do Curso de graduação em
Ciências Econômicas, da Universidade São
Judas, sob orientação do prof. Dr. Raphael C.
Penteado e coorientação do prof. Ms.
Reinaldo Mora.

SUMÁRIO

<i>1. INTRODUÇÃO</i>	4
<i>1.1 OBJETIVO</i>	4
<i>1.2 JUSTIFICATIVA</i>	5
<i>1.3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</i>	5
<i>2.1 PLANO REAL</i>	5
<i>2.2 CONSUMO</i>	7
<i>2.3 RENDA</i>	8
<i>2.4 DESEMPREGO</i>	8
<i>3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</i>	9
<i>3.2 RENDA E CONSUMO</i>	9
<i>3.3 DESEMPREGO</i>	15
<i>4. RESULTADOS E DISCUSSÕES</i>	20
<i>5. CONCLUSÃO</i>	21
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	22

1.INTRODUÇÃO

O plano real foi “Um plano de estabilização bem-sucedido, um pequeno milagre” (FRANCO, Gustavo,2017, p.537). Mas por que o um plano de estabilização estava sendo visto como um pequeno milagre?

Para termos essa dimensão, analisaremos primeiro os últimos cenários que levaram ao Plano Real (1994). Vale ressaltar que, o intuito desse trabalho visa analisar apenas os aspectos sociais do plano, como seu impacto sobre o desemprego, renda e consumo e se houve ou não uma evolução social depois do plano e quais foram. Portanto, não entraremos afundo em teorias de política monetária e suas variações sobre o mercado financeiro, abordaremos esses temas mais como uma contextualização para o tema principal, todavia para quem se interessar temos excelentes fontes nesse trabalho que ajudarão aqueles interessados em aprofundar sobre esses assuntos.

O final da década de 1980, considerada por diversos economistas como a década perdida, o país passava por um período de transição, de uma ditadura militar (1964-85) para um governo civil, que herdara amargamente um cenário de inflação alta com um IPCA de 242,23 % e um INPC de 239,05 % segundo o IBGE

Toda essa situação, de alta inflação e desempenho fraco do PIB (Produto Interno Bruto) e um anseio por uma liberdade maior, gerou protesto que cominou nas diretas já (1983-1984) e outros movimentos sociais. Diferente do dos anos anteriores do assim chamado milagre brasileiro (1968-72) quando o PIB chegou a variar 11,5% ao ano. Como o plano real foi além de uma medida econômica, mas também social e seus impactos nos indicadores sociais partindo de 1994 até 1998.

1.1 OBJETIVO

O objetivo geral desse trabalho de conclusão de curso é verificar se houve ou não uma melhora nos indicadores sociais (desemprego, renda e consumo) no Brasil após a implementação do plano real entre os anos de 1994 e 1998.

1.2 JUSTIFICATIVA

A inflação sempre foi e ainda é um tema de forte relevância no Brasil, por meio desse trabalho iremos analisar seus impactos sociais da década de 1990, antes e após o plano de estabilização do real, para poder aferir ou não seus desdobramentos sobre os mais pobres.

1.3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A Pesquisa descritiva, “Tendo como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (EVÊNCIO et al, 2019).

Para compreender se houve uma melhora nos indicadores sociais pós plano real, foi feita primeiro uma revisão da literatura sobre o assunto, também foi realizado uma coleta de dados antes do plano (1990-1993) para podermos fazer uma contextualização e depois compararmos com dados pós plano (1994-1998) e chegarmos à conclusão sobre os impactos em alguns indicadores sociais.

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 PLANO REAL

Antes do sucedido Plano Real, implementado no governo de Itamar Franco pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o Brasil teve outras tentativas de estabilização em frente a inflação sofrida no país, sendo que nenhum conseguiu atingir o objetivo esperado. A inflação beirava 30% mensais quando Itamar Franco assumiu a presidência em 1992 (GUSTAVO; FRANCO, p. 542), após a renúncia do ex-presidente Fernando Collor, a taxa de desemprego era de 6,3% em 1991 e fecharia o ano seguinte, 1992, com 6,4% e o salário-mínimo era de Cr\$ 522.186,94.

Fernando Henrique não foi o primeiro-ministro da fazenda nomeado pelo então presidente Itamar Franco, Gustavo Krauser ficou durante 75 dias no ministério, após sua saída quem assumiu foi Paulo Haddad que anteriormente tinha o posto no Planejamento, e o mineiro também não ficou por um longo período no cargo e foi

substituído por Eliseu Resende que também não conseguiu se manter, o ex-presidente da Eletrobrás teve então como seu sucessor Fernando Henrique Cardoso em 19 de maio de 1993. (FRANCO, p.543)

“Até a reforma monetária de 1994, a hiperinflação era tão grave quanto difícil de ser resolvida. Grave, por prejudicar, ainda que desigualmente, um conjunto de atores e interesses, abrangendo capital, trabalho, estratos médios e os desfavorecidos em geral. É difícil de ser resolvida, mas menos por motivos técnicos do que por não haver consenso sobre o que e como fazer para superá-la. Embora o ideário neoliberal avançasse entre elites políticas e econômicas, atores ligados ao velho desenvolvimentismo ainda estavam em cena, como o próprio Itamar Franco o foi, sobretudo até meados de 1993. [...]” (IANONI, MARCUS; 2009, p. 153)

Um país que se encontrava em uma descrença de estabilização e melhoria após os fracassos do Plano Cruzado, Bresser, Collor I e Collor II, se torna um desafio para a gestão do Ministro. Como observa Gustavo Franco em seu livro *A Moeda e a Lei* (2017, p. 547), as condições que eram consideradas aceitas politicamente para o combate à inflação por meio de programas pareciam levar a conjunto vazio

Com uma equipe de economistas, como Pedro Malan, Gustavo Franco, Lara Resende e Pêrsio Arida, começou então a elaboração do Plano Real, que foi dividido em três partes:

- Plano de Ação Imediata (PAI): Teve como objetivo principal preparar o país para o lançamento do Plano Real por meios da tomada de medidas econômicas. Como descrito por o então senador, Eduardo Suplicy, em um documento de análise sobre o PAI:

“Compõe-se de 58 medidas destinadas a atuar em seis áreas: corte de gastos, relacionamento com estados e municípios, recuperação de receitas, bancos estaduais, bancos federais e privatização. O programa visa principalmente uma reestruturação das finanças públicas no seu sentido mais amplo, pois, além do fluxo corrente (movimentação de receitas e despesas), preocupa-se também com o equacionamento de ativos e passivos de médio e longo prazo da União.” (SUPLICY, 1993, apud FRANCO, 2017, p. 548)

- Unidade Real de Valor (URV): Foi a unidade monetária lançada na transição entre o Cruzado Real e o Real, o valor a partir de março de 1994 era de CR\$647,50 (seiscentos e quarenta e sete cruzeiros reais e cinquenta centavos). (Lei 8.880 de 27 de maio de 1994, Art. 1, § 2),
- Implementação do Real: O início da plena existência e uso do real em 1º de julho de 1994 como previsto no Art. 3 § 1 da Lei 8.880, contudo o Cruzado continuou em circulação para fins de pagamentos, até que substituído pela nova moeda circulante, o Real. (Art. 3 § 3.)

2.2 CONSUMO

A partir da segunda metade da década de 90 podemos ver que com o plano real em vigor a inflação foi diminuída, dando, então uma perspectiva de futuro para a população e diminuindo as incertezas econômicas e assim aumentando o consumo. (REIS et al, 1998, p. 244).

O Plano Real favoreceu as camadas com renda mais baixa da população com alta propensão marginal a consumir, que não tiveram como alternativa instrumentos financeiros para se proteger das perdas inflacionárias. Essa demanda reprimida somada ao alargamento dos prazos e acesso mais fácil ao crédito, a despeito de medidas de controle do governo, resultaram na trajetória ascendente do consumo privado (ALÉM e GIAMBIAGI, 2007, apud PALOMBO, PAULO, 2011, p. 7). Como iremos ver adiante neste trabalho, em relação a cesta básica, inflação e salário-mínimo, com a implementação do plano junto ao controle da inflação, tivemos um aumento real do salário-mínimo, fazendo com que parte mais pobre da população tivesse um aumento do consumo a partir de 1995 e diminuindo a linha da miséria.

Com a alta dos juros, a poupança ficou pouco atrativa, fazendo com que as pessoas passassem a consumir mais, principalmente, a camada mais frágil. Sobre a linha de crédito para pessoas físicas após o plano real.

Após a implantação do Plano Real o Brasil experimentou a queda significativa das taxas de inflação. Com este novo contexto, tornou-se possível a restauração dos mecanismos de crédito como, por exemplo, o alargamento dos prazos de pagamento e facilidade na obtenção. Apesar das altas taxas de juros e medidas restritivas do Banco Central, o crédito expandiu-se no período. (ALÉM e GIAMBIAGI, 1997, apud PALOMBO, 2011, p. 5).

Porém a linha de crédito foi diminuída por causa da inadimplência segundo Góes, Freitas e Mota, identificam esta como a principal causa da diminuição do crédito principalmente a partir de 1995, e os bancos tentaram reverter suas perdas com a queda da inflação liberando mais créditos, o que acabou piorando, porque o problema é que as liberações eram feitas sem a devida análise. (GOES, FREITAS, REIS, et al, 2007)

É importante ressaltar que em uma situação na qual grande parte da população está restrita ao crédito, políticas que afetam a taxa de juros têm efeitos reduzidos sobre o

consumo e, políticas com o objetivo de reduzir a restrição ao crédito podem ter efeitos consideráveis sobre o consumo (REIS, 2005, p.35).

Observa-se a relação de consumo e crédito na análise feita pelo Banco Central do Brasil no relatório em relação ao consumo em 1998:

“A contração da demanda, que pode ser associada à resistividade da oferta de crédito, à redução do rendimento médio real e ao enfraquecimento do mercado de trabalho, refletiu-se sensivelmente sobre o setor de bens de consumo duráveis, mas não afetou o de bens de consumo não duráveis. Assim, o efeito do desempenho desfavorável das vendas dos segmentos automobilístico e de eletrodomésticos sobre o faturamento do comércio foi compensado pelo crescimento nas vendas dos supermercados. Neste último, onde são comercializados principalmente produtos não duráveis, o crescimento real atingiu 10,4% em 1998” (BCB, 1998)

2.3 RENDA

Renda é segundo a teoria clássica uma remuneração pelos fatores de produção, sejam por salários, aluguéis, dividendos etc. Portanto acaba por tornar esse indicador um dos principais para o desenvolvimento econômico, auxiliando as análises de países para saber qual a capacidade de suas populações para consumir e contribuir para o crescimento de uma determinada economia. De acordo com Sonia Rocha (1996, p.2): “Nas sociedades modernas as formas mais frequentes de determinar quem é pobre consiste em comparar a renda de que dispõe ao valor mínimo necessário para operar adequadamente naquela sociedade”.

Desse modo a renda acaba sendo um balizador essencial em uma análise econômica, dando as pessoas um poder de compra para sua subsistência, além de ser um motor fundamental para a atividade econômica.

2.4 DESEMPREGO

“Nas sociedades modernas a geração de empregos em quantidade e qualidade adequadas é um objetivo em si mesmo, essencial para a manutenção da ordem democrática” (OCIO, Domingo, 1995, p.4). Existem 4 tipos de desemprego, o conjuntural, cíclico, estrutural e induzido. Segundo essa definição, o trabalho não é só um importante motor da economia, gerando renda para os assalariados dando a eles uma

condição de consumir, como também um fator importante para a democracia. (MOURA, 1998, p.95)

Portanto, o emprego nas visões dos dois autores é um pilar importante para a democracia, pois fornece renda para os trabalhadores, tornando-os menos suscetíveis a políticas populistas e/ou autoritárias.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Esse trabalho irá expor e análise os dados de desemprego, renda e consumo entre os anos de 1994 e 1998 e se houve melhoria nesses indicadores após o plano real.

3.2 RENDA E CONSUMO

É possível notar o papel decisivo nas mudanças para a retomada do crescimento da economia brasileira e na consolidação da credibilidade. Segundo Além et al. (1997), após a implementação do Plano Real, verifica-se um aumento do consumo. A queda nas taxas de inflação colocou “o consumidor no comando das ações” (FRANCO, 1999, p. 297) além de favorecer a população de baixa de renda contra as perdas inflacionárias.

Percebeu-se na economia como um todo o aumento da propensão marginal a consumir, logo os efeitos foram sentidos através do aumento da demanda por bens de consumo. (ALÉM e GIAMBIAGI, 2007, apud PALOMBO, PAULO, 2011, p.1).

Nos anos seguintes à implementação do Plano Real, o PIB se manteve estável com poucas variações, principalmente nos anos de 1998 e 1999 tendo sua primeira variação mais significativa em 2000.

Porém entre 1994 e 2000 a taxa de crescimento médio do PIB foi de 3,0% a.a., semelhante ao acontecido na década de 80, período que foi denominado como “década perdida”.

Como observado, o desempenho do PIB (tabela 1) foi abaixo do esperado após a implementação do plano real, todavia vale ressaltar que, ele foi uma medida de estabilização de moeda, portanto não foi focado no crescimento econômico a longo prazo, mesmo que essas ações pudessem influenciar o produto.

TABELA 1 – VARIAÇÃO PIB (1996 – 2000)

ANO	PIB – VARIAÇÃO POR VOLUME	PIB – PER CAPITA EM VALORES CONCORRENTES
1996	2,2%	5.251
1997	3,4%	5.761
1998	0,3%	5.975
1999	0,5%	6.392
2000	4,4%	6.913

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV). Elaboração própria da tabela

O plano real foi positivo do ponto de vista inflacionário, mas com a sua implementação houve uma política de juros altos, aumento nas cargas tributárias, aumento de mercado informal de trabalho, como também baixas taxas de investimento e crises financeiras internacionais que, conseqüentemente contribuíram para o aumento na taxa de desemprego neste período. Conforme demonstrado na tabela abaixo:

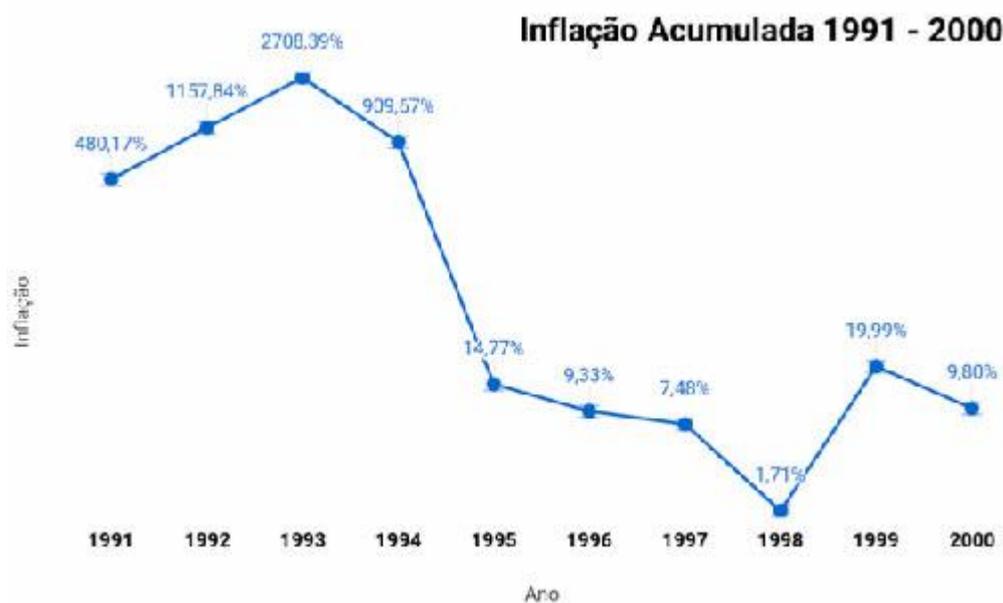
TABELA 2 – TAXA DE DESEMPREGO

Região	1992	1996	1999
Brasil*	6,5	7,1	9,6
Norte**	7,9	7,9	11,4
Nordeste	6,2	6,2	8,0
Sudeste	7,5	8,0	11,2
Sul	4,6	5,6	8,0
Centro-Oeste	6,3	8,4	9,6

Fonte: B.6 Indicadores socioeconômicos: Taxa de desemprego, 20 dez. 2013.

O objetivo do plano era o controle da inflação que vinha com enormes oscilações devido a um cenário econômico desfavorável pós ditadura militar, a economia brasileira neste período pré Plano Real era de instabilidade, com uma inflação acumulada (gráfico 1) que podia chegar em até 2.708,39%. Após o governo adotar esta medida econômica em 1994 a queda foi para 14,77%, e se mantém estável até os dias de hoje, em comparação ao cenário anterior.

GRÁFICO 1 – Inflação Acumulada (1991 – 2000)



Fonte: Instituto Claro, 2020.

Com a intenção de manter uma taxa de juros em patamares menores, o governo adotou uma política de juros altos nos anos seguintes, para manter a atração do capital estrangeiro, de forma que a evitar o aumento na inflação. O Real foi controlado pela chamada “âncora cambial” e em 1999 ocorreu a substituição desta política pelo tripé macroeconômico, que foram: responsabilidade fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante.

TABELA 3 – TAXA DE JUROS (1996 – 1999)

TAXA DE JUROS SEMESTRAIS 1996 - 1999	
PERÍODO	%
2 Semestre 1996	12,01%
1 Semestre 1997	10,23%
2 Semestre 1997	12,96%
1 Semestre 1998	12,46%
2 Semestre 1998	14,31%
1 Semestre 1999	14,67%
2 Semestre 1999	9,35%

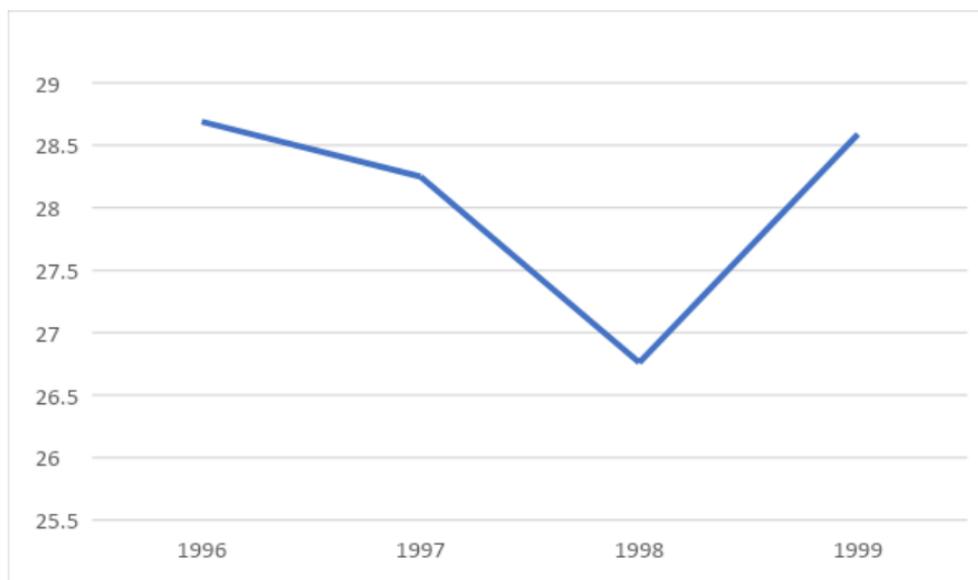
Fonte: Banco Central do Brasil, 2022. Elaboração própria da tabela

A evolução da pobreza, conforme demonstra o gráfico abaixo, teve em 1998 uma boa queda, porém voltou a subir em 1999 ao patamar que se encontrava no período próximo a mudança para o Plano Real.

Com uma grande contribuição do real, apenas em 1994 cerca de 9.8 milhões de pessoas saíram da pobreza e outros 6.2 milhões saíram da extrema pobreza, conforme demonstrado no gráfico. Em agosto de 1998, esse índice voltou a subir atingindo 27,5% da população, segundo dados do IPEA, tanto o desemprego e a desvalorização do câmbio ajudam a explicar esse aumento.

Entretanto gráfico abaixo não demonstra os impactos do plano real em relação à pobreza no longo prazo, mas sim no período específico analisado.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA MISERIA



Evolução da miséria de 96 até 1999. Elaboração própria do gráfico.

TABELA 4 – SALÁRIO MÍNIMO

2000	03/04/2000	R\$ 151,00	Lei 9.971/2000	11,03%
1999	01/05/1999	R\$ 136,00	Lei 9.971/2000	4,62%
1998	01/05/1998	R\$ 130,00	Lei 9.971/2000	8,33%
1997	01/05/1997	R\$ 120,00	Lei 9.971/2000	7,14%
1996	01/05/1996	R\$ 112,00	Lei 9.971/2000	12,00%
1995	01/05/1995	R\$ 100,00	Lei 9.032/1995	42,86%
1994	01/09/1994	R\$ 70,00	MP 598/1994	8,04%
1994	01/07/1994	R\$ 64,79	Lei 8.880/1994	0,00%

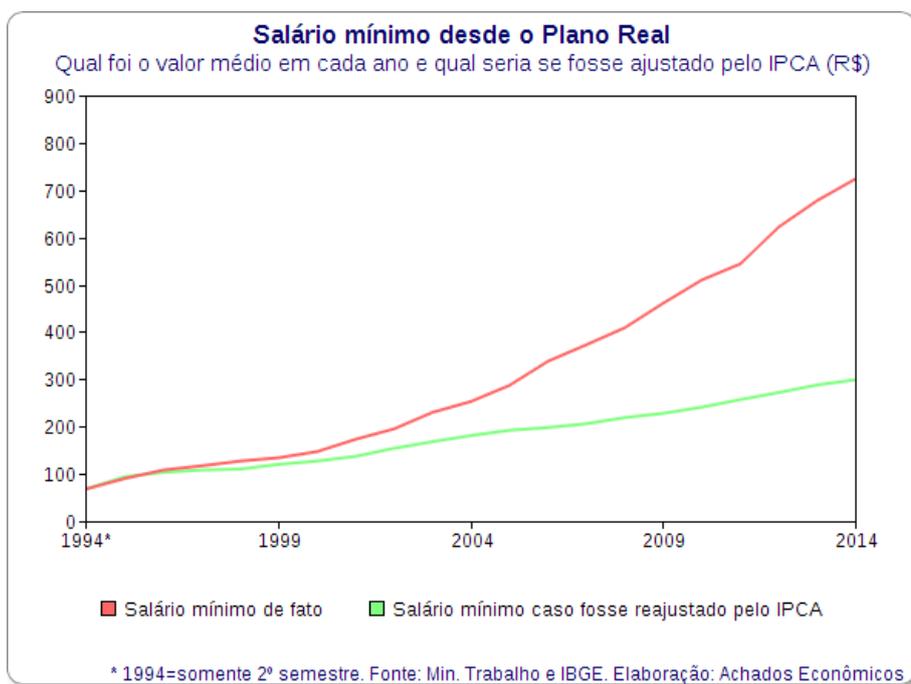
FONTE: CONTABEIS, 2022.

Conforme demonstrado na tabela acima, após a implantação do plano real, o salário-mínimo sempre teve um percentual de aumento positivo e maior que o IPCA, em 1994 o salário-mínimo era de R\$ 64,79, neste mesmo ano a cesta básica era cotada em aproximadamente R\$ 60,00, ou seja, quase 100% do valor do salário-mínimo, considerando outras despesas de uma família brasileira, o valor era incoerente com a realidade do mercado. No ano 2000 o valor do salário-mínimo era de R\$ 151,00, significando 233,06%, porém o IPCA sofreu oscilações nesta época e chegou em 2000 com um aumento significativo, influenciando diretamente nos preços e na perda de

poder de compra, devido a isso nos anos 2000 o preço da cesta básica era de R\$ 141,43, parte quase total do salário-mínimo.

Após este período de introdução, no longo prazo o plano trouxe uma estabilização nos preços, e um contínuo aumento do salário-mínimo (gráfico 3), assim dando um poder de compra maior para a população.

GRÁFICO 3 – SALÁRIO MÍNIMO DESDE O PLANO REAL



Fonte: Achados Econômicos, Sílvia Guedes Crespo.

Conforme observado seu objetivo mais importante foi o controle da inflação, afim de uma evolução no salário-mínimo. Com o aumento do poder de compra, houve melhorias no combate a fome, à pobreza e a miséria no Brasil, por exemplo, em pesquisas feitas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi apontado entre 1993 e 1995 uma redução expressiva de 18,47% da população miserável do país, além disso, trouxe também a inclusão de produtos que antigamente somente eram consumidos pelas classes mais ricas para as populações mais pobres.

O gráfico abaixo mostra o aumento do salário-mínimo, devido aos impactos do plano real no longo prazo:

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO



Fonte: DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos)

Desse modo em 2009 o salário-mínimo estava em R\$ 465,00 e a cesta básica mais cara no país era no estado de São Paulo, custando R\$ 228,19, menos da metade do salário, mostrando a efetividade do Plano Real no aumento do poder de compra do salário-mínimo em longo prazo.

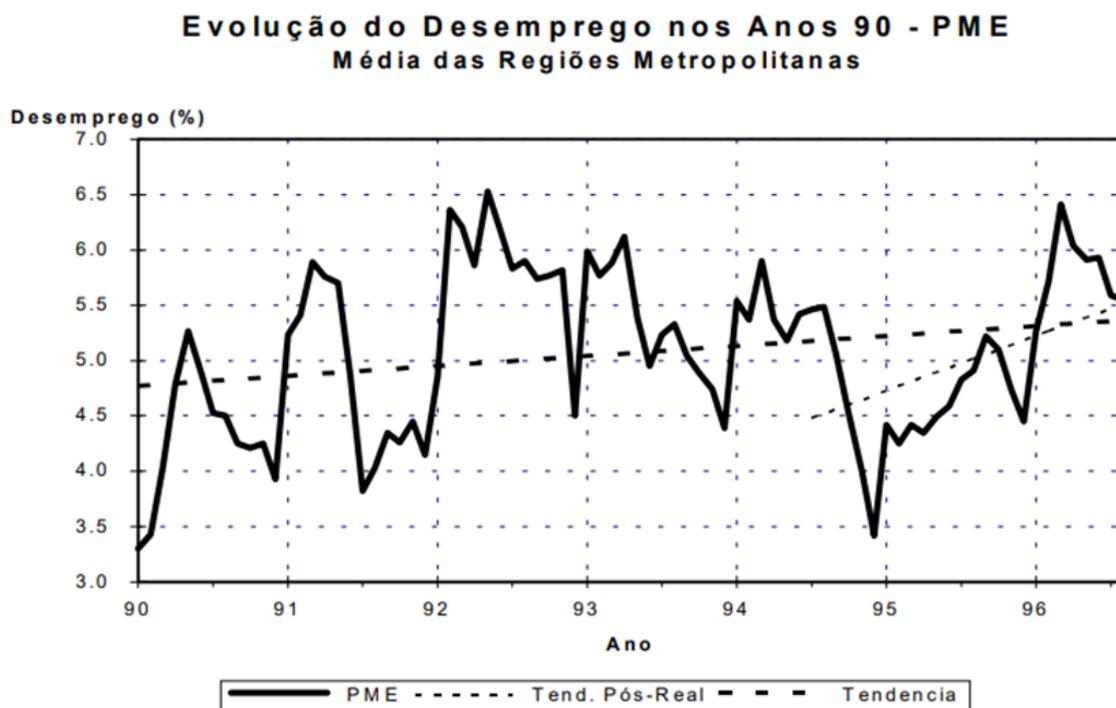
3.3 DESEMPREGO

De acordo com Neri, Camargo e Reis (p.17, 2000) entre 1970 e 1980, com intuito de gerar maior competitividade no mercado externo e impulsionar o setor mercantil alguns países relevantes economicamente iniciaram o processo de abertura comercial em sua economia. Devido a essa abertura do comércio aos mercados externos, países como Estados Unidos, Reino Unido e algumas economias asiáticas iniciaram um processo de liberalização que impulsionou e influenciou países latinos americanos a iniciar o seu processo de abertura comercial, entretanto em países em desenvolvimento

o processo tende a ser mais demorado e burocrático, o que levou cerca de uma década para as economias latinas acompanharem de forma pouco substancial o processo de abertura comercial que já acontecia nos países mais desenvolvidos.

“O processo de urbanização ocorrido entre os anos 70 e 80 constituiu-se em outro forte determinante para aumentar as taxas de desemprego na década de 1990. Camarano e Abromovay (1999) argumentam em seu trabalho que, nos anos 70, 40% da população rural deixou o campo em direção às cidades. Nos anos 80, esse processo continuou e 33% dos indivíduos que viviam no setor rural foram para os centros urbanos. Na década de 1990, esse processo não se arrefeceu, com 28% da população migrando para as cidades.” (DA COSTA, DA CUNHA, 2010).

GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO NOS ANOS 90 – PME



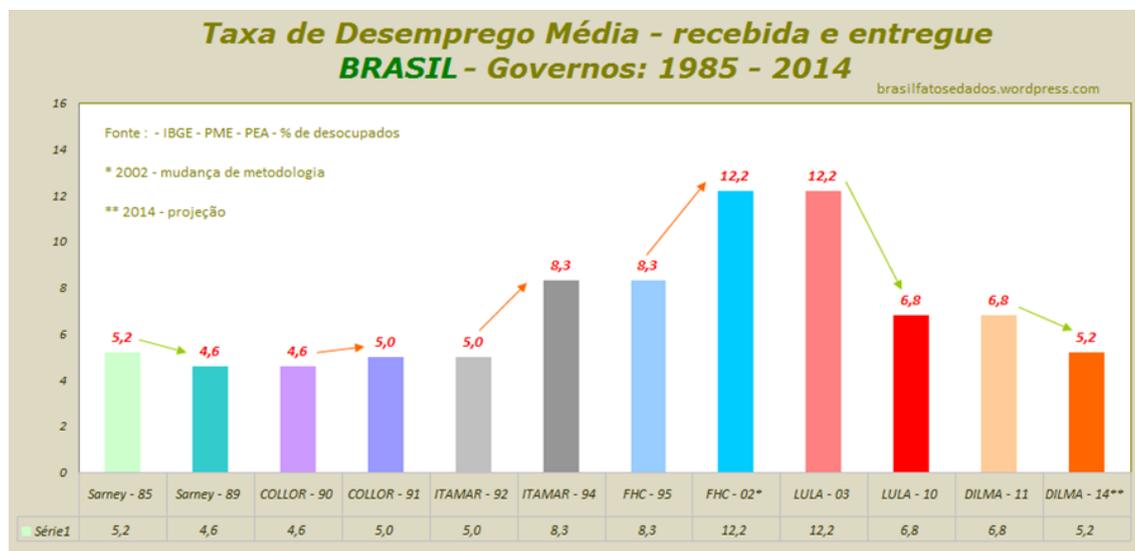
Fonte: RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. EMPREGO NO BRASIL NOS ANOS 90

Neri, Camargo, Reis, (2000, p.8) inferiram sobre as mudanças no comércio externo e de que forma impactaram nas condutas e indicadores de desemprego nacional. As mudanças exigiam uma maior condição e capacidade do trabalhador, onde: aplicando a mesma quantidade de trabalho se resultasse num número maior de produto/serviço final, o mercado passou a ser mais seletivo e adotou um requisito pautado na experiência, formação e capacidade do trabalhador. As mudanças nos setores de produção se afunilaram e passaram a buscar e optar pela mão-de-obra mais

qualificada, cada setor demandava mudanças no modus operandi, fazendo com que se buscasse além de tudo, profissionais com maiores capacidades de gerar riqueza. Ou seja, a destreza do trabalhador passou a ser um requisito nos indicadores de desemprego da população. As migrações das populações do campo para a cidade também culminaram numa elevação dos empregos informais.

No início dos anos 90 o Brasil enfrentou os frutos do período sombrio da hiperinflação. A recessão no início da década de 90 empurrou o desemprego de 4% para 6% no curto prazo (Gráfico 6).

GRAFICO 6 – TAXA DE DESEMPREGO MÉDIA

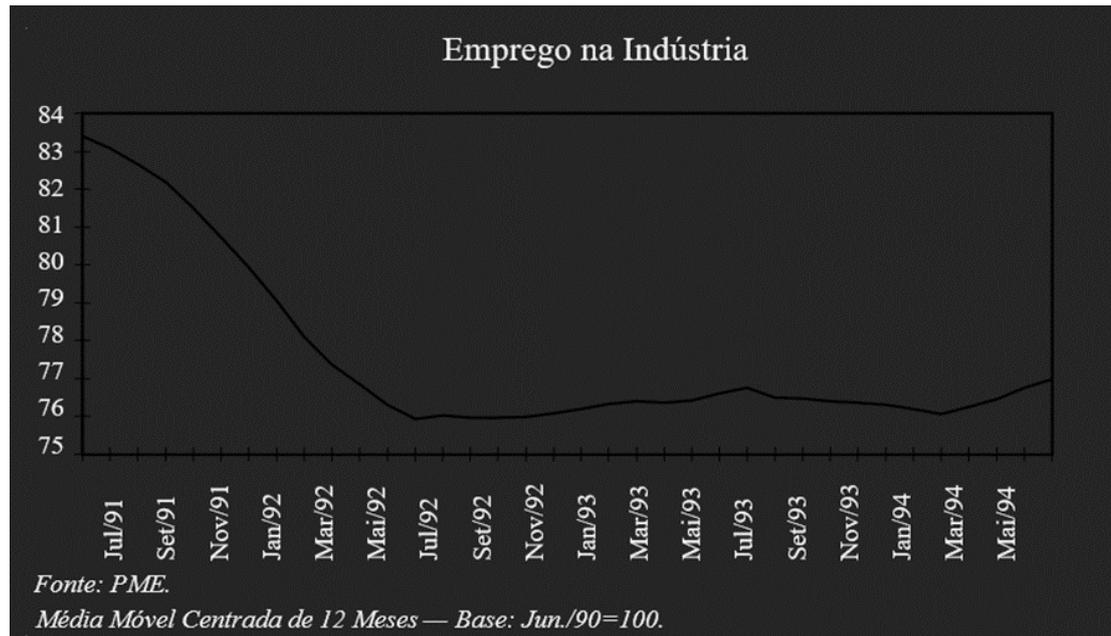


Fonte: COSTA, Márcio Pery de Carvalho, Brasil Fatos e Dados - Minas Gerais, 2014

Durante o início da década de 90 a injeção de capital externo na economia brasileira auxiliou a controlar a deterioração do capital. Houve políticas contracionistas atreladas aos juros altos e outras crises internacionais como, por exemplo, a Guerra do Golfo que elevou os valores dos insumos no mercado mundial seguida por choques nos preços do petróleo. O fraco interesse estrangeiro e um panorama pouco atrativo financeiramente ao mercado internacional ocasionou a estagnação da economia e uma contribuição ao desemprego, visto também que naquele momento as relações internacionais se davam de forma muito mais estreitas, dando ao mercado uma condição de correlação entre as nações.

Os dados observados frente ao desemprego, mostrou uma tendência forte causada principalmente pela abertura na economia, tendo em vista que desencadeou um aumento substancial no desemprego no setor industrial. Fato esse que se reforça quando analisamos o gráfico abaixo:

GRAFICO 7 – EMPREGO NA INDUSTRIA



Fonte: Repositório IPEA - Neri, Camargo, Reis - PUC Rio de Janeiro, 2000

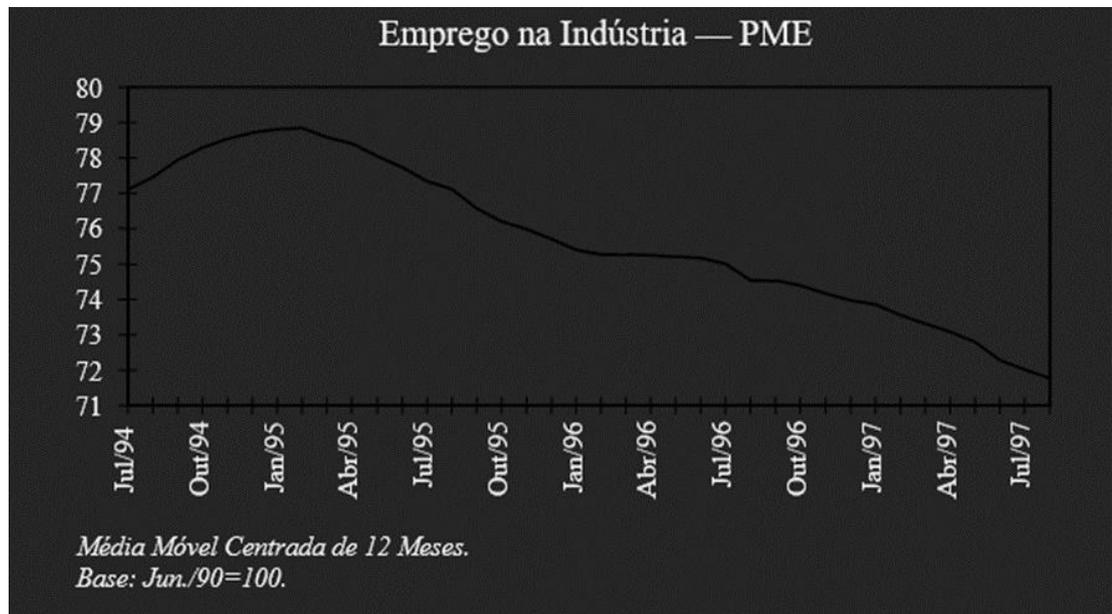
Com isso, o mercado voltou a aquecer, mas de uma maneira diferente frente ao desemprego integral, as indústrias aumentavam a sua produção, mas o desemprego no setor industrial ainda continuou caindo de maneira exacerbada. Entende-se essa relação pelo fato da produtividade marginal do homem x máquina, forçando um aumento substancial de quase 10%. Contudo, desemprego nos setores de bens e serviços mostrou uma melhor reação ao novo panorama econômico do país, mas a redução do emprego industrial, por outro lado, é o resultado do processo de abertura comercial e aumento de concorrência desencadeado por esta mudança estrutural. Uma maior abertura na economia tornou-se fundamental para a própria sobrevivência do setor industrial brasileiro com a introdução de novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho, cujo principal objetivo foi o aumento da produtividade da

indústria. O resultado foi uma redução sistemática do emprego industrial no país. (NERI, CAMARGO, REIS, 2000, p. 9-10)

Nos dados observados mostram que aumento da absorção de trabalhadores para os mercados de comércio e serviços se justificam com um aumento no rendimento médio nos setores de serviços e comércio. Entretanto o salário real dos trabalhadores do setor industrial tende a ser mais estável em relação aos outros dois campos conforme analisados no artigo “Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações”, fez com que a indústria passasse pelo recente processo de inovação gerando competitividade e estabilidade específica para o setor. (Neri, Camargo, Reis, 2000).

Com isso a redução do desemprego aberto, na segunda parte da década de 90 os rendimentos nos trabalhadores do comércio e serviços também cresceu, o que culminou numa maior demanda nos setores de comércio e serviços com a política da âncora cambial onde o governo fixou a taxa de câmbio preservando a economia das altas de preços. Mesmo tendo uma estabilidade do salário e do setor nos anos 90 como citado anteriormente, a medida da âncora cambial faz com que os produtos importados caiam de preço, de forma com que atrapalha e impede o aumento dos preços dos produtos nacionais, e por sua vez, fez com que se estagnasse o rendimento real da indústria, derrubando também o salário real dos trabalhadores e gerando uma acentuação no desemprego do setor da indústria. (GOULART, Vanessa. UERJ, 2017)

GRÁFICO 8 – EMPREGO NA INDÚSTRIA



Fonte: Repositório IPEA - Neri, Camargo, Reis - PUC Rio de Janeiro, 2000

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados e referências apresentados acima, observamos que o impacto do plano real no aumento da taxa de desemprego foi devido a manutenção das altas taxas de juros, porém isso foi somado a outras medidas econômicas como o aumento das cargas tributárias, um grande mercado informal, baixas taxas de investimento e crises financeiras internacionais, principalmente no setor industrial. Contudo, os números também são resultados de outras variáveis como a migração da população rural e o processo de urbanização dos anos 70 e 80, e a cobrança do mercado na qualificação da mão-de-obra.

Quando relacionamos renda da população com plano real, devemos levar em consideração que a população que mais foi atingida foi a de baixa renda, o grande foco foi sempre o aumento no poder de compra com a moeda brasileira.

Então percebeu-se na economia como um todo o aumento da propensão marginal a consumir. Seus efeitos foram sentidos através do aumento da demanda por bens de consumo.

Com o controle da inflação pelo plano real, houve um aumento do poder de compra dos consumidores alavancando principalmente o setor de bens de consumo.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada neste trabalho nos possibilitou o entendimento dos impactos do Plano Real nos indicadores socioeconômicos selecionados: consumo, renda e desemprego, e a conexão e efeito que um tem sobre o outro.

Identificamos que mesmo com o Plano Real causando uma redução na inflação, foi necessário nos anos sucessores um controle de taxa de juros para manter a atração do capital estrangeiro, e evitar o aumento da inflação, mas essa ação acabou tornando os bens importados mais baratos para o mercado interno como também deixando os produtos nacionais menos competitivos ao mercado internacional, conseqüentemente, acabou prejudicando o setor industrial nacional, fazendo com que houvesse redução no salário de trabalhadores e desemprego neste setor.

Contudo, no setor de comércio e serviços o efeito foi contrário, porque a fixação da taxa proporcionou um investimento estrangeiro contínuo na economia, causando assim uma estabilização relativa da moeda brasileira em relação ao dólar, proporcionando preços constantes e um maior poder de compra em relação ao salário-mínimo

De modo que a responder à pergunta inicial se houve ou não uma melhora dos indicadores sociais no Brasil após a implementação do Plano Real, depois de analisar as referências e dados obtidos durante o processo de pesquisa, observa-se que a participação do plano real nesses indicadores foi extremamente relevante para uma melhora em todos eles, sente ressaltar que não foi o único responsável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ECONOMIA BRASILEIRA. **BOLETIM DO BANCO CENTRAL DO BRASIL - RELATÓRIO 1998**, Bacen, p. 1-31, 1 jan. 1998. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual98/rel1998cap1p.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2022.

ALÉM, A.C. et al. **O AUMENTO DO INVESTIMENTO: O DESAFIO DE ELEVAR A POUPANÇA PRIVADA NO BRASIL**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev801.pdf>>

B. Indicadores socioeconômicos: Taxa de desemprego - B.6. In: **INDICADORES SOCIOECONÔMICOS: TAXA DE DESEMPREGO**. [S. l.], 20 dez. 2013. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2012/matriz.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **CORREÇÃO DE VALORES**. [S. l.]. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>. Acesso em: 02 out. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **CONTROLE INFLAÇÃO: TAXA HISTÓRICA DE JUROS**. [S. l.], 29 nov. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BANCO CENTRAL - SGS - **SISTEMA GERENCIADOR DE SÉRIES TEMPORAIS - v2.1**. [S. l.], 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CORREA, Alan R. B.; MARTINS, Diego F.; GIUDICE, Giovanni V.; JÚNIOR, Ricardo S.; SILVA, Mateus O. S. **PLANO REAL: O COMBATE DA INFLAÇÃO (1990 A 2002)**. [S. l.], p. 6-12, 9 dez. 2021.

COSTA, Márcio Pery de Carvalho. **TAXA DE DESEMPREGO MÉDIA – RECEBIDA E ENTREGUE – EM % DE REDUÇÃO OU AUMENTO – GOVERNOS – 1985 – 2014 – rev. A**. In: EMPREGO NO BRASIL NOS ANOS 90. Minas Gerais, 28 ago. 2014. Disponível em: <https://brasifatosedados.wordpress.com/taxa-de-desemprego-media-recebida-e-entregue-em-de-reducao-ou-aumento-governos-1985-2014-rev-a/>. Acesso em: 21 set. 2022.

CONTÁBEIS, **TABELAS SALÁRIO MÍNIMO DE 1994 A 2022**. [S. l.]. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo/>. Acesso em: 20 out. 2022.

ECONOMIA APLICADA: **A EVOLUÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE BRASILEIRA AO LONGO DA DÉCADA DE 90**. [S. l.: s. n.], 1999.

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura. **DOS TIPOS DE CONHECIMENTO ÀS PESQUISAS QUALITATIVAS EM EDUCAÇÃO**, UESPI -Universidade Estadual do Piauí, PIAUÍ, v. 13 n. 47 (2019), p. x-x, 28 dez. 2019.

FERRARI Filho, Fernando. **O LEGADO DO PLANO REAL: UMA ESTABILIZAÇÃO SEM CRESCIMENTO ECONÔMICO?**, Porto Alegre/RS, v. 19, p. 4-5, 30 mar. 2001

FRANCO, Gustavo H.B. **A MOEDA E A LEI: UMA HISTÓRIA MONETÁRIA BRASILEIRA (1993 - 2013)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. pp 537 - 677. ISBN 978-85--378-1760-5.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, **REVELANDO EM 1ª MÃO AS INFLEXÕES DA POBREZA: TAXA HISTORICA DE JUROS**. [S. l.], 10 nov. 2022. Disponível em: <https://cps.fgv.br/revelando-em-1a-mao-inflexoes-da-pobreza>. Acesso em: 02 nov. 2022.

GOULART, VANESSA MARTINS. **PLANO REAL E SEUS FORMULADORES. A ANÁLISE DE UMA POLÍTICA ANTI-INFLACIONÁRIA**, Rio de Janeiro - UERJ, agosto 2017.

HERMES, Felipe. **O MAIOR PROGRAMA SOCIAL DA HISTÓRIA DO BRASIL: O PLANO REAL**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://blocktrends.com.br/o-maior-programa-social-da-historia-do-brasil-o-plano-real/#%3A~%3Atext%3DA%20grande%20contribui%C3%A7%C3%A3o%20do%20PIano%2C10%2C%20sairiam%20da%20extrema%20pobreza>. Acesso em: 29 out. 2022.

IANONI, Marcus. **POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO: O PLANO REAL**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2009, n. 78, pp. 143-183. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000300009>>. Epub 14 Jun 2010. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000300009>.

TEIXEIRA, A.; LAFATE ALVARENGA, G.; MARIA DE SIQUEIRA NUNES, N.; MARGARETE SALVATE BRASIL, M. **PLANO REAL: MERCADO DE TRABALHO E DESEMPREGO**. Múltiplos Acessos, v. 2, n. 2, 16 dez. 2017. Acesso em: 28 nov.2022

INSTITUTO CLARO, **O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REAL**. [S. l.], 24 ago. 2020. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/o-processo-de-implementacao-do-plano-real/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MOURA, Paulo Cavalcanti da Costa. **A CRISE DO EMPREGO: UMA VISÃO ALÉM DA ECONOMIA**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

NERI, Marcelo; CAMARDO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **MERCADO DE TRABALHO NOS ANOS 90: FATOS ESTILIZADOS E INTERPRETAÇÕES**. Rio de Janeiro: PUC RIO, 2000.

OCIO, Domingo Zúrron. **O EMPREGO NA TEORIA ECONÔMICA. O EMPREGO NA TEORIA ECONÔMICA**, NPP - Núcleo de Pesquisas e publicações, Fundação Getúlio Vargas, SÃO PAULO, n. Relatório n° 11/1995, p. 1-54, 17 ago. 1995.

OES, T. Reis, FREITAS, Lucio Flávio e MOTA, Fábio Batista. **A OFERTA DE CRÉDITO NO BRASIL PÓS PLANO REAL**, 2007. Revista Desenhahia. Volume 5
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL 210ª SUBSEÇÃO DE SÃO LUIS DO PARAITINGA. OAB. Valores do Salário-Mínimo Nacional: desde sua instituição até o dia de hoje. SÃO LUIS DO PARAITINGA: OAB, 3 mar. 2008. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/subs/saoluizdoparaitinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua> Acesso em: 05 out. 2022.

PALOMBO, PAULO. **FATORES DETERMINANTES DA TRAJETÓRIA DO CONSUMO NO BRASIL PÓS PLANO REAL**. XIV SemeAd, Universidade Presbiteriana Mackenzie, p. 1-16, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/14semead/resultado/trabalhosPDF/25.pdf>.

RAMOS, Lauro; REIS, José Guilherme Almeida. **EMPREGO NO BRASIL NOS ANOS 90. EMPREGO NO BRASIL NOS ANOS 90**, Rio de Janeiro, p. 1-33, 17 mar. 1997. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1988/1/td_0468.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

REIS, E. et al. **RENDA PERMANENTE E POUPANÇA PRECAUCIONAL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA O BRASIL NO PASSADO RECENTE. PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**, n. 28(2), p. 233-272. Disponível em: <http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/706/646>

SCHLABITZ, Clarissa Jahns; REIS, Carlos Alberto; DE ARAÚJO, Luiz Rubens Câmara. **ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR IPCA - INPC**. Índices de Preços ao Consumidor IPCA - INPC, 2017. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/ipca_inpc_dezembro_2017.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

TAXA DE DESEMPREGO. The World Bank. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=1998&locations=BR&start=1991&view=chart> Acesso em: 05 out. 2022